

FORMAÇÃO DO POVO BRASILEIRO: RAÇAS, CIÊNCIA E IDENTIDADE NACIONAL EM LIVROS ESCOLARES (1933 – 1946)

Dorval do Nascimento*

Resumo: O objetivo deste texto é refletir sobre as representações presentes em livros escolares brasileiros relacionadas às concepções sobre a formação do povo brasileiro e os destinos propostos para o país no contexto do projeto nacional formulado pelo governo getulista. Buscou-se cruzar as discussões de intelectuais brasileiros do período em torno das raças no Brasil com as representações constantes dos livros escolares e disseminadas no âmbito escolar, em articulação com as formulações relacionadas à identidade nacional.

Palavras-chave: Livros escolares; raças; identidade nacional.

Abstract: The objective of this text is to reflect on representations, in Brazilian school books, of the formation of the Brazilian people and the directions proposed by Getulio Vargas's national project. The discussion of Brazilian intellectuals of the time about race in Brazil is contrasted with representations present in school books and disseminated in the school context, in articulation with concepts related to national identity.

Keywords: School books; race; national identity.

A ascensão de Getúlio Vargas e sua aliança ao poder em 1930 provocou uma peculiar inflexão na estrutura do Estado brasileiro, consolidada com o Estado Novo a partir de 1937, que significou uma centralização autoritária do poder de Estado, em ruptura com certo federalismo da Primeira República, consubstanciada em um projeto nacional que se propunha a modernizar o país pela via da industrialização e da urbanização, apresentando o Estado como representante de todos os grupos sociais que formavam a nação. A construção no decorrer desses anos do projeto varguista de nação passava também pela necessidade de reconstruir discursivamente as representações do constructo 'povo brasileiro', adequando-o aos sinais que o novo regime lançava em direção à nação. As representações formuladas pelos intelectuais alinhados ao regime, bem como pelas políticas estatais postas em funcionamento, operavam a partir de um imaginário representacional de 'povo brasileiro' estabelecido desde finais do século XIX e que, de certa forma e a partir de diferentes correntes, permitiram pensar as alternativas para a nação a partir da composição de sua população (SCHWARCZ, 1993; ORTIZ, 1994; MARQUES, 1994; CUNHA, 1999).

* Professor do Programa de Pós-graduação em Educação (UNESC). A presente pesquisa foi apoiada com recursos do CNPq e FAPESC.

O objetivo do presente artigo é refletir sobre as representações presentes em livros escolares brasileiros do período varguista, articuladas às concepções sobre a formação do povo brasileiro e os destinos propostos para o país no contexto do projeto nacional formulado pelo governo getulista. Pensam-se as representações sociais como “esquemas geradores dos sistemas de classificação e de percepção” e “como as matrizes de práticas que constroem o próprio mundo social” (CHARTIER, 2002, p. 72), isto é, esquemas de percepção do social que buscam impor-se de modo a prevalecer e moldar toda uma forma de ver e de julgar o mundo social. As representações aparecem articuladas a determinados imaginários sociais que são fundamentais serem decifrados. Os imaginários sociais são, na definição dada por Bronislaw Baczko, um sistema complexo de representações que avalia e qualifica o real, um aspecto da vida social através dos quais as coletividades atribuem sentido ao mundo, a si mesmas e aos outros (BACZKO, 1985). Ora, os imaginários sociais operacionalizam-se através da produção de discursos, isto é, como um sistema de linguagem inteligível que busca modelar as representações, impondo àquele modo específico de representar o mundo a todo o corpo social. A intenção é capturar diferentes representações que compuseram índices de enunciação sobre as temáticas relacionadas ao povo brasileiro no período getulista através da análise de alguns livros escolares daquele período.

Entende-se por livro escolar “um compêndio especificamente organizado para fins de educação escolar e que pode ou não abranger diferentes áreas de conhecimento, com propósito formativo, segundo valores que se deseja sejam vinculados” (CORRÊA, 2000, p. 23). Como integrantes da política estatal de educação, os livros escolares portam conteúdos reveladores de estratégias representacionais que permitem ao pesquisador refletir sobre os projetos hegemônicos de formação social. Porém, ao mesmo tempo, em vista da imponderabilidade do social, os livros escolares são mediadores de representações políticas e culturais presentes na sociedade e que, apesar do controle estatal, expressam-se em suas páginas. Sua importância para a pesquisa advém também de seu uso na estrutura escolar, em um período em que a escola tornou-se uma das principais instituições de socialização cultural e política.

Os livros escolares que compõem o *corpus* documental deste artigo foram escolhidos a partir de dois eixos: ciências naturais e história do Brasil. Os livros de ciências naturais destinavam-se a terceira série ginasial e os de história do Brasil ao ensino primário. Caracterizam-se, na definição de Alain Choppin, como manuais escolares concebidos e publicados explicitamente para utilização nas atividades de ensino:

(...) São concebidos na intenção, mais ou menos explícita ou manifesta segundo as épocas, de servir de suporte escrito ao ensino de uma disciplina no seio de uma instituição escolar. (...). O manual e as publicações que gravitam em torno dele (...) se destinam sempre a uma disciplina, a um nível, a uma série ou a um grau e se referem a um programa preciso (apud BATISTA; GALVÃO; KLINKE, 2002, p. 33).

A utilização de livros escolares de diferentes disciplinas e graus de ensino como fonte da pesquisa teve a intenção de diversificar as matrizes representacionais em circulação no período. Proceder-se-á a análise de cada obra, buscando-se o cruzamento e a discussão das estratégias discursivas neles contidas.

Construção das raças nas ciências naturais

A obra de Miguel Tenório D’Albuquerque, *Primeiro Ano de História Natural*, publicada em 1933 pela editora Jacintho do Rio de Janeiro. D’Albuquerque expõe todo um complexo sistema de raças e sub-raças com o qual abrange toda a história da humanidade. O próprio fato de ele tomar a temática racial como o critério central do estudo do “Homem” é revelador da importância que as representações sociais em torno das raças possuíam naquele período histórico.

A constatação do autor de que a “cor da pele” é insuficiente para definir as raças, o que parece ser uma afirmação de senso comum entre os autores do período, o leva a estabelecer outros índices fenotípicos. Baseado em Broca quanto à forma da cabeça, e em Flower e Lydekker quanto ao ângulo facial, cor dos cabelos e pele, além de outras “particularidades físicas”, o autor conclui com a harmonização dos dois sistemas de classificação definindo três tipos de raças principais: etiópico, mongólico e ariano ou caucasiano (p. 63).

Ainda que mobilize um elevado número de características físicas para determinar a divisão da humanidade em raças de forma científica, o autor acaba chegando à classificação definida há mais tempo e que tinha a cor da pele como critério, exatamente o que ele tentava evitar: negros, amarelos e brancos.

Não obstante a importância dos índices fenotípicos em sua classificação, D’Albuquerque demonstra ter consciência de sua insuficiência e acrescenta outros elementos de caráter psíquico e cultural. Traços fenotípicos, dados do mundo social e qualidades psíquicas são combinados para se estabelecer uma classificação científica das raças humanas. Assim, combinando diferentes índices de classificação, o autor chega a um esquema, “sob o

ponto de vista cultural ou do evolucionismo da civilização”, que define os povos constitutivos da humanidade: “*Povos incultos*, cujo progresso é muito lento, sem escrita, vivendo em pequenos grupos” e cita os australianos, índios da América do Norte, maior parte dos negros e melanésios; “*Povos semi-civilizados*, cujo progresso é apreciável, embora lento”, como os abissínicos, malaios, antigos egípcios, árabes e mongóis; Finalmente, os “*Povos civilizados*, nos quais há rápido progresso, domina a iniciativa, escritura fonética e literatura desenvolvida. Há indústria e comércio lícitos com o exterior” (p. 66). Neste último caso não há exemplos, por óbvio que é!

No caso da sétima edição do livro *Ciências Naturais*, de Valdemar de Oliveira, foi ela editada pela Companhia Editora Nacional em 1947, o que nos permite localizar sua primeira edição por volta dos anos de 1939/1940.

O tratar as raças em um capítulo dedicado ao corpo humano denota, no texto de Oliveira, a importância que as características fenotípicas tinham em sua abordagem do tema. De fato, ao conceituar as raças ele afirma que:

A antiga catalogação dos indivíduos em raças **branca, amarela e negra** não tem um valor absoluto, porquanto não é só a cor da pele que importa no critério de classificação racial. Outros caracteres intervêm, como sejam a natureza dos cabelos, o ângulo facial, o índice cefálico, o índice nasal, etc. Todavia, não há como fugir àquelas denominações clássicas – branca, amarela, negra – porque cada uma delas de fato engloba os indivíduos que apresentam o maior número de caracteres comuns (p. 14, destaque do autor).

A partir dessa caracterização, Oliveira desenvolve os traços físicos particulares a cada raça em termos de ‘cor da pele’, ‘natureza dos cabelos’, ‘forma do crânio’, ‘forma do nariz’, ‘ângulo facial’ e ‘caracteres secundários’ como barba, fenda palpebral, molares, lábios e estatura, “e outros tantos pormenores, [que] nos fornecem elementos para diferenciar as raças” (p. 17). Em cada item de diferenciação elencado há o estabelecimento de índices (cefálico, nasal, facial) ou características (tipo de cabelo, por exemplo), que lhe permite estabelecer contrastes raciais entre brancos e negros, como no caso da cor da pele e tipo de cabelo, ou dividir os tipos em três categorias que foram depois agrupadas para formarem as raças fundamentais que havia se referido anteriormente.

Ao tratar das raças no Brasil, o autor as designa como ‘grupos étnicos da população do Brasil’ e, com base em Roquette-Pinto, os caracteriza como brancos, mulato, caboclo (“mestiços de branco e índio”) e negros (p. 18). Ainda que os indígenas estejam ausentes dos ‘grupos étnicos’ arrolados, aparecem eles na última informação do texto, quando se trata da constituição estatística da população brasileira, quando se estabelece os

seguintes números: Brancos, 51%; mulatos, 22%, caboclos, 11%; negros, 14%; índios, 2% (p. 18).

Paulo Décourt e Aníbal Freitas publicaram a segunda edição de sua obra *Ciências Naturais* em 1945 pela Editora Melhoramentos. O prefácio dos autores indica que o livro foi originalmente publicado em 1944.

Os autores organizam seu texto a partir do conceito de *tipos constitucionais*, tomado de Kretschmer (p. 12). Esses tipos seriam caracterizados a partir de diversas medidas do corpo humano e seriam em número de três: *Leptosoma*, “mais comumente chamado longíneo (...) é alto e delgado”; *Eurisoma*, “de ordinário chamado brevilíneo (...) é baixo e atarracado”; e *Atlético* ou *normolíneo*, no qual “a estatura é mediana, os ombros largos e a musculatura desenvolvida, representando a beleza masculina (sic) sob a forma melhor equilibrada” (p. 12). Os autores ressaltam que para a adequada classificação dos tipos constitutivos não basta apenas “uma simples inspeção, como querem alguns, mas, ao contrário, devem ser feitas cuidadosas medidas” (p. 12). A utilização da antropometria como índice de cientificidade é uma constante no decorrer do livro. A importância dos tipos constitucionais decorre, segundo os autores, de sua utilização como base para o estudo da propensão de determinados indivíduos a moléstias, o estabelecimento de caracteres psíquicos e a própria classificação racial:

Tendo por base os tipos constitucionais e a importância da medição do corpo humano, os autores buscam classificar as raças a partir de medidas fenotípicas, especialmente da cabeça, já que é nela que “os cientistas tem encontrado os melhores elementos para a distinção dos vários tipos raciais humanos” (p. 13). Os autores fazem toda uma exposição sobre índice cefálico, índice facial e índice nasal. O índice nasal é o preferido, especialmente – ao que parece – porque caracteriza bem, aos olhos dos autores, os negros e amarelos.

Posteriormente, os autores desenvolvem informações sobre os olhos, cor da pele e cabelos. O formato dos olhos é utilizado principalmente para caracterizar a “raça mongólica”, a cor da pele é descartada como índice fundamental, e os tipos de cabelos são considerados como “o mais importante dos caracteres antropológicos” (p. 21). Vale a pena reproduzir a caracterização das raças a partir dos cabelos:

O cabelo liso, rijo, retilíneo encontra-se nos Amarelos; o ondulado, mais ou menos sedoso, é observado nos Brancos e, por fim, os tipos crespo e encarapinhado nos Negros, sendo que nos grupos inferiores dessa raça o cabelo se apresenta extremamente enrolado em espiral e certo número de fios, que se acham próximos (...). (p. 21).

Os autores finalizam seu texto, após a exposição dos caracteres fenotípicos, com a apresentação dos grandes grupos raciais da humanidade: Brancos, Amarelos e Negros (além de Pigmeu). É de se destacar a caracterização que os autores fazem do “acentuado prognatismo” dos negros, já que haviam afirmado algumas páginas atrás que “o prognatismo é tido como traço de inferioridade racial e o ortognatismo, das superiores” (p. 18). A hierarquia racial que os autores de ciências naturais analisados propõem implicitamente em suas classificações torna-se explícita em Paulo Décourt e Aníbal Freitas.

Construção de uma memória racial do povo brasileiro

A obra *História do Brasil*, de Rocha Pombo, foi publicada pela editora Melhoramentos. O prefácio indica que o livro foi publicado originalmente em 1918. Quando trouxe à cena sua obra, José Francisco da Rocha Pombo era um autor consagrado. Nascido em 1857 no Paraná, Rocha Pombo havia publicado inúmeras obras de literatura e história, além de ter sido deputado pelo Estado do Paraná durante o Império (COUTINHO; SOUSA, 1990, p. 1087; MENEZES, 1969, p. 1014). Portanto, a obra deve ser entendida como produzida por um político e intelectual que fez carreira ao tempo do império, publicada originalmente na Primeira República e aproveitada durante o regime varguista. Era um livro escolar consagrado.

Na obra, destaca-se o processo histórico das chamadas “invasões estrangeiras” e defesa do Brasil. Rocha Pombo expõe longamente, em diferentes capítulos, a ocupação da nova terra por franceses no Rio de Janeiro, holandeses no nordeste e as disputas com espanhóis no sul do país, além da guerra contra o Paraguai. Tudo parece se passar como se o decorrer da história do país fosse aquela do estabelecimento de um território próprio à formação do Brasil.

Enquanto o território tem uma importância central na obra de Rocha Pombo, a formação do povo brasileiro não é explicitamente tratada. Relatam-se costumes dos povos indígenas que habitavam a terra recém ocupada, fala-se dos negros trazidos pela escravidão e libertados pela ‘lei áurea’, mas não se articula essas informações em uma concepção mais geral de formação do povo da terra. Quando trata dos negros, Rocha Pombo registra o que ele chama de “protestos da raça negra”, em especial o episódio de Palmares. Porém, o faz de tal forma que esvazia completamente toda radicalidade possível da exposição. A escravidão e as disputas em torno da libertação dos escravos são tratadas no limite do individual e do sentimental.

O que preocupa Rocha Pombo, além do território, é o desenvolvimento de temas políticos ‘clássicos’ da história do Brasil, como a ‘conjuração mineira’, a independência e a proclamação da República. Articulando território e formação do Estado, Rocha Pombo narra sua história do Brasil sem a preocupação de formular uma teoria de nação. Percebe-se que sua história do Brasil articula-se propriamente à formação do Estado brasileiro.

Pedro Calmon, por outro lado, trabalha com outros registros. Publicou a primeira edição de sua obra *Pequena História da Civilização Brasileira* em 1936 pela Companhia Editora Nacional. Pedro Calmon Muniz de Bitencourt nasceu na Bahia em 1902, bacharelou-se em Direito em 1924 e, no ano seguinte, foi nomeado conservador do Museu Histórico no Rio de Janeiro. Foi também deputado estadual e federal, professor de diversas universidades brasileiras, tendo assumido vários cargos públicos importantes, inclusive o de reitor da Universidade do Brasil em 1948 e ministro da Educação e Saúde em 1950 (MENEZES, 1969, p. 276).

O livro de Pedro Calmon pode ser considerado, por suas preocupações e temáticas, como expressivo do espírito que animava a obra varguista no período. Calmon preocupa-se em construir uma história do Brasil que demonstre a formação da pátria, em especial destacando eventos históricos que contribuíram para o estabelecimento do território e definição da nacionalidade.

A formação da nacionalidade como preocupação aparece desde o segundo capítulo da obra, intitulado *Os habitantes da terra*, quando trata dos indígenas em sua relação com o colonizador, tendo contribuído na formação de um tipo novo, o “mamaluco” (sic), os novos donos do país:

Os portugueses deram-se bem com os costumes tupis. E porque não trouxessem mulheres brancas, ligaram-se às indígenas, e se “indianizaram” quase completamente. Filhos dessa união, de brancos e selvagens, foram os “mamalucos”. (...). Porém os “mamalucos” **eram verdadeiros brasileiros**. Criados pela mãe cabocla, esta lhes fez conhecer a alma das populações indígenas. O tupi foi a língua que aprenderam no berço. Mas do pai europeu herdaram o espírito aventureiro, a superioridade das raças civilizadas (p. 29 e 31, destaque meu).

E acrescenta que “os europeus não ousavam ainda penetrar no interior do Brasil. Foram os ‘mamalucos’ os primeiros ‘bandeirantes’” (p. 32).

A formação do sentimento de nacionalidade é articulada a partir das chamadas “invasões holandesas”. Quando trata das guerras de expulsão dos holandeses em Pernambuco, Calmon reafirma a presença das três raças formadoras do Brasil e o nascimento do sentimento de brasilidade:

Em 1645 os de Pernambuco, chefiados por Fernandes Vieira, Vidal de Negreiros, o **índio** Felipe Camarão e o **preto** Henrique Dias, se insurgiram também. A “insurreição pernambucana” não obedecia a ordens de Portugal: foi inspiração dos próprios colonos, que revelaram a consciência de seus interesses e um grande amor à terra brasileira. (...). Mas de guerra tão vasta ficou sobretudo um vestígio: o orgulho nativista (ou patriótico) das populações que os derrotaram. Porque o Brasil já então, estava formado (p. 85, destaque meu).

Ainda que não descurasse da formação do território e dos episódios formadores do Estado brasileiro, como a independência e a república, com a notável ausência da ‘conjuração mineira’ e de Tiradentes, a obra de Calmon organiza-se em torno da formação do povo brasileiro e do sentimento de pertencimento nacional, o que a vincula explicitamente às ações e preocupações do governo varguista. Não faz, porém, nenhuma referência a Vargas. O livro termina sua narrativa em 1922, centenário da independência do Brasil. Nenhuma palavra sobre 1930 e o novo regime. Paradoxalmente, a obra mais umbilicalmente ligada ao novo governo, por suas concepções, não faz nenhuma referência a Getúlio Vargas.

Considerações Finais

A breve análise dos livros escolares realizada aponta para a importância que a temática racial adquiriu nos debates a classificação das nações e os lugares sócio-culturais que cada grupo deveria ocupar. Na análise das obras de ciências naturais em especial, observa-se a construção de um sistema hierárquico de raças humanas, tomada a partir do fenótipo. Nesse sistema é notável a permanência do imaginário da humanidade classificada a partir de três raças fundamentais: brancos, amarelos e negros, imaginário construído pela “ciência das raças” desde pelo menos o século XIX. Em que pese, neste caso, o prestígio que a antropometria ainda gozava, todos os índices adotados de medidas humanas – estatura, crânio, face, nariz, etc – acabavam por confirmar a existência do esquema hierarquizado das três raças básicas referidas. A hierarquia das raças assim concebida apontava, no caso brasileiro, para certa inviabilidade da nação, na medida em que, por suas características físicas e, em decorrência, psicológicas e sociais, os negros – e em menor medida índios e mestiços – possuíam características inferiores, o que talvez fosse abrandado pela maioria de brancos na população brasileira, como aponta Valdemar de Oliveira (p. 18).

A temática das raças articula-se a formação da nacionalidade a partir do que se denominou como fábula das três raças (DA MATTA, 1981). Esta perspectiva está bastante bem desenvolvida na obra de Pedro Calmon, conforme análise realizada. Neste caso, observa-se uma passagem do registro biológico das raças para outro registro – social e cultural – que

permite considerá-las – brancos portugueses, índios “mamalucos” e negros – como formadoras do povo brasileiro. Neste sentido, *Pequena História da Civilização Brasileira* é a obra que expressa mais exatamente as representações de raças e povo brasileiro que foram postas em circulação principalmente a partir dos anos 30 do século XX. Renato Ortiz destaca que essas representações sociais foram demandadas pelas transformações pelas quais passou o país nas primeiras décadas do século XX, em especial a industrialização e urbanização, com a formação de uma classe média e proletariado urbano consideráveis, que tornou obsoletas as teorias raciológicas e demandavam uma nova interpretação do Brasil, que encontrou clara expressão na obra de Gilberto Freyre (ORTIZ, 1994, p. 39 – 41).

Entretanto, não obstante essa passagem, percebe-se a permanência de dois discursos ou, em outras palavras, de dois sistemas de representação. Em um nível, realiza-se certa ruptura com as abordagens racialistas que caracterizaram até então os estudos sobre o povo brasileiro e o destino do país, valorizando as contribuições que cada grupo aportou à nacionalidade. Em outra dimensão, e concomitante a essa, permaneceu esquemas representacionais e discursivos que organizavam os grupos humanos a partir de suas características fenotípicas, mantendo um sistema de classificação hierarquizada da população. Como se observou na análise realizada, os dois sistemas de classificação estiveram presentes nos livros escolares do período.

FONTES

CALMON, Pedro. *Pequena História da Civilização Brasileira*. 3ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

D’ALBUQUERQUE, Miguel Tenório. *Primeiro Ano de História Natural*. Rio de Janeiro: Jacintho, 1933.

DÉCOURT, Paulo; FREITAS, Aníbal. *Ciências Naturais*. 2ª edição. São Paulo: Melhoramentos, 1945.

OLIVEIRA, Valdemar de. *Ciências Naturais*. 7ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1946.

POMBO, Rocha. *História do Brasil*. 22ª edição. São Paulo: Melhoramentos, 1943.

REFERÊNCIAS

BACZKO, Bronislaw. *Imaginação Social*. Enciclopédia Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1985.

BATISTA, Antônio Augusto Gomes; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; KLINKE, Karina. Livros escolares de leitura: Uma morfologia (1866-1956). *Revista Brasileira de Educação*. Número 20, mai/jun/jul/ago 2002, p. 27-47.

CHARTIER, Roger. *À Beira da Falésia – A história entre certezas e inquietude*. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

CORRÊA, Rosa Lydia Teixeira. O livro escolar como fonte de pesquisa em História da Educação. *Cadernos Cedes*, ano XX, nº 52, novembro/2000, p. 11 – 24.

COUTINHO, Afrânio; SOUSA, J. Galante (direção). *Enciclopédia de Literatura Brasileira*. 2 volumes. Rio de Janeiro: Ministério da Educação, 1990.

CUNHA, Olívia Maria Gomes da. Sua alma em sua palma: identificando a “raça” e inventando a nação. In: PANDOLFI, Dulce (organizadora). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999, p. 257 – 288.

DA MATTA, Roberto. Digressão: A fábula das três raças ou o problema do racismo à brasileira. In: *Relativizando: Uma introdução à antropologia social*. 3ª edição. Petrópolis: Vozes, 1981, p. 58 – 85.

MARQUES, Vera Regina Beltrão. *A Medicalização da Raça: Médicos, educadores e discurso eugênico*. Campinas: Unicamp, 1994.

MENEZES, Raimundo de. *Dicionário Literário Brasileiro*. São Paulo: Saraiva, 1969.

ORTIZ, Renato. Da raça à cultura: a mestiçagem e o nacional. In: *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. 5ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 36 – 44.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Uma história de “diferenças e desigualdades” – As doutrinas raciais do século XIX. In: *O Espetáculo das Raças: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870 – 1930)*. 5ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 43 – 66.